



O VELHO PATRIMÔNIO DE UBERLÂNDIA-MG

Eixo Temático 3 - Políticas para o Patrimônio Cultural: as instituições no estudo, inventariação, tombamento/registro, manutenção, recuperação e demais intervenções nos bens patrimoniais.

Thalita Asperti Travençolo
Mestranda, UFU, Brasil.
thaat@ufu.br

Denise Fernandes Geribello
Professora Doutora, UFU, Brasil.
denise.geribello@ufu.br

* A revisão do texto é de responsabilidade dos autores

RESUMO

O patrimônio cultural é uma construção: trata-se de um processo cultural relacionado à memória, à identidade e ao sentido de lugar. Mesmo que nem todos os componentes simbólicos que compõem o patrimônio sejam autênticos, assim que incorporados pela sociedade, passam a compor o seu processo identitário. O presente artigo pretende elencar as ações institucionais desenvolvidas com foco na preservação física e/ou da memória de um bem, utilizando como objeto de estudo o Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, do município de Uberlândia-MG. Pretende-se jogar luz em um patrimônio importante da cidade de Uberlândia, de grande relevância devido à riqueza de sua cultura e tradições populares, o qual foi historicamente invisibilizado. A análise destas ações e do processo de patrimonialização pelo qual o bairro vem passando teve como principal fonte os mapas e legislação do município de Uberlândia, o Plano de Inventário de Uberlândia e o Dossiê de Registro do Bairro Patrimônio. **Palavras-Chaves:** *Arquitetura popular; patrimônio invisibilizado; ferramentas de proteção; tombamento; registro.*

ABSTRACT

Cultural heritage is a construction: it is a cultural process related to memory, identity and a sense of site. Even if not all the symbolic components that are part of the heritage are authentic, as soon as they are incorporated by society, they become part of its identity process. This article intends to list the institutional actions developed with a focus on the physical preservation and/or the memory of an asset, using the Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia District, in the city of Uberlândia-MG, as an object of study. It is intended to shed light on an important heritage of the city of Uberlândia, of great relevance due to the richness of its culture and popular traditions, which was historically invisible. The analysis of these actions and the process of patrimonialization that the neighborhood has been going through had as its main source the maps and legislation of the municipality of Uberlândia, the Uberlândia Inventory Plan and the Patrimônio District Registration Dossier.

Keywords: *Popular architecture; invisible heritage; protection instruments; linting; register.*

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, bem como a história, é uma construção: trata-se de um processo cultural relacionado à memória, à identidade e ao sentido de lugar (SMITH, 2011, p. 42). Além disso, de acordo com Brusadin (2011, p. 51), mesmo que nem todos os componentes simbólicos que compõem o patrimônio sejam autênticos, assim que incorporados pela sociedade, passam a compor o seu processo identitário. Por isso, é importante entender as razões pelas quais guardamos e recontamos a história de uma determinada forma e pelas quais protegemos determinado bem cultural. No entanto, ainda hoje, apesar das transformações pelas quais o conceito vem passando, o reconhecimento de bens enquanto patrimônio continua fortemente centrado na cultura das classes dominantes (GERIBELLO, 2019, p.11).

Minas Gerais é um estado que se destaca no Brasil no que se diz respeito ao patrimônio cultural tanto imaterial quanto material. Não à toa, um dos primeiros movimentos no país de valorização das nossas raízes se deu em 1924, quando uma caravana de intelectuais paulistas se dirigiu às cidades históricas mineiras – visitas que culminaram na “redescoberta do passado brasileiro” baseado no nacionalismo e no regionalismo (BRUSADIN, 2011, p. 93).

Dentro desse cenário, apesar de ter sido constituída sobre o mantra do progresso (DANTAS, 2001, p. 9), Uberlândia, MG, mesmo possuindo uma história mais recente, tem se esforçado para acompanhar esse legado mineiro. A cidade conta com 24 bens tombados municipalmente, entre móveis e imóveis, um bem tombado em esfera Estadual, dois bens em processo de tombamento, e três bens registrados pelo município. Possui, ainda, o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC), instituído em 2001. Além disso, nos últimos anos, Uberlândia vem se destacando com pontuações altas no programa do ICMS Cultural do Estado de Minas Gerais (IEPHA, 2016).

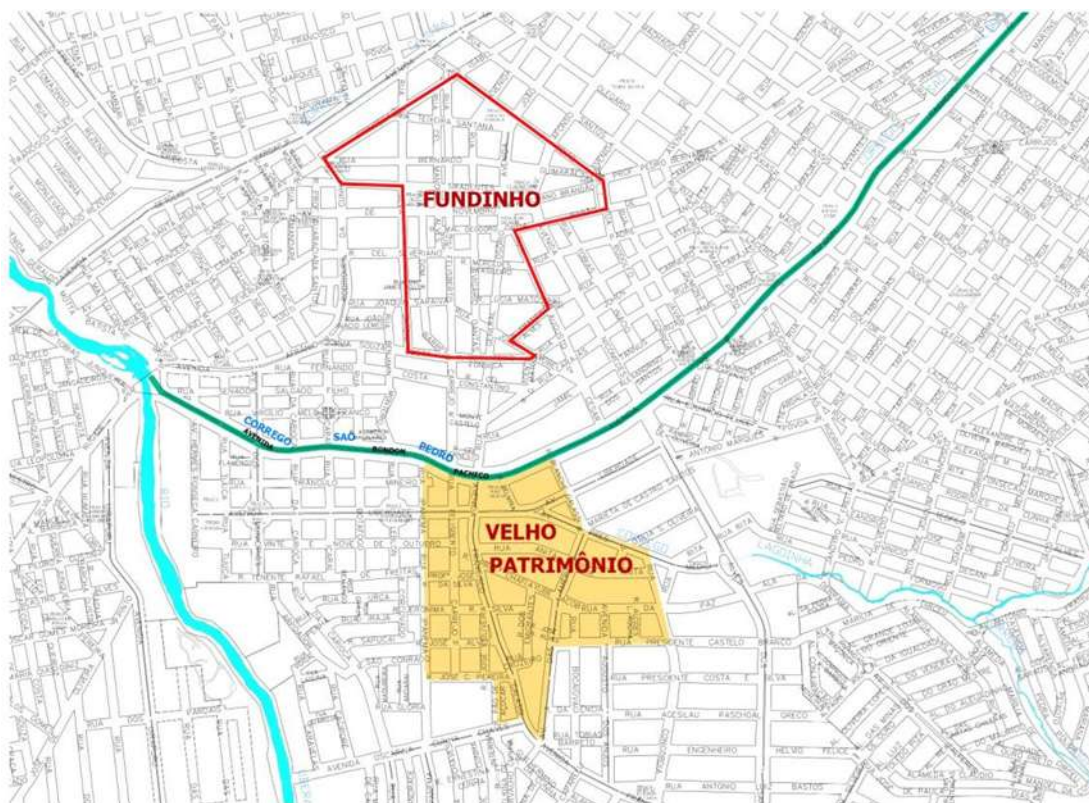
Neste contexto, destaca-se a importância do bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia como primeiro bairro da ainda denominada São Pedro de Uberabinha, ocupado inicialmente e principalmente por escravos libertos e/ou seus descendentes, conforme informa Lourenço (1986, p. 18). No entanto, para se saber minimamente sobre o bairro, sua história e cultura, precisa-se buscar autores que efetivamente tinham como objetivo tratar sobre ele. Os livros de historiadores e memorialistas que tratam da história de Uberlândia como um todo raramente mencionam o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia.

Uberlândia nasceu em 1818, quando da criação da Fazenda São Francisco, mas somente no início da década de 1830 iniciou-se a formação de um povoado nas proximidades do rio Uberabinha (ARANTES, 2003, p. 33). O povoado batizado de Arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha foi elevado a distrito de São Pedro de Uberabinha, subordinado a Uberaba em 1852 (UBERLÂNDIA, 2020), quando da construção da Capela de Nossa Senhora do Carmo às margens da confluência do rio Uberabinha com o córrego São Pedro (TEIXEIRA, 1970, p. 23).

O início do Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia se deu ainda em 1883, quando um fazendeiro doou uma área de doze alqueires situada na margem esquerda do córrego São Pedro ao Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia (Figura 1). No ponto mais alto do terreno, foi erguido um cruzeiro de oitenta palmos de altura para simbolizar o nascimento do bairro. A partir

de então, a Paróquia passou a ceder lotes a foreiros por meio de enfiteuses⁷⁰ (LOURENÇO, 1986, p. 17).

Figura 1: bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia em relação ao Fundinho (núcleo inicial de Uberlândia). Sem escala.



Fonte: Mapa Base de Uberlândia alterado por Thalita Asperti.

Se nos arredores da Matriz de Nossa Senhora do Carmo já havia um certo número de regras para a construção de edificações (UBERLÂNDIA, 1903), as quais acabavam por restringir a ocupação dessa região a pessoas de certo poder aquisitivo mais elevado, no Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia não só não havia restrições de construção, como a taxa a se pagar para a Paróquia era mais barata. Além disso, a presença de postos de trabalho na região, como matadouro, frigorífico, fábrica de banha e chácaras, fez com que se consolidasse quase como vila operária.

Ou seja, o bairro se formou completamente à parte do núcleo urbano, separado deste por uma barreira natural, o córrego São Pedro, a partir de uma população mais carente, em sua maioria escravos libertos, e, conseqüentemente, negra e, posteriormente, por operários. É um bairro que já nasceu segregado e que segue por muitos anos quase esquecido pela história oficial. Hoje, ainda podemos encontrar remanescentes do que se tem no imaginário da comunidade

⁷⁰ De acordo com o site Jusbrasil (GOMES, 2008), enfiteuse consiste na permissão dada ao proprietário de entregar a outrem todos os direitos sobre algo, de modo que este (enfiteuta) passe a ter o domínio útil da coisa mediante pagamento de uma pensão ou foro ao senhorio. No caso em questão, o proprietário real dos terrenos seria a Paróquia e os usuários dos terrenos (moradores do bairro), seriam os enfiteutas, os quais teriam os direitos sobre a propriedade mediante pagamento de taxa foreira à Paróquia.

quando se evoca a história local, como a antiga Rua do Cruzeiro, hoje Rua dos Emigrantes (Figuras 2 e 3), com suas casas pequenas, distribuídas em lotes grandes e tão arborizados que mal se pode vê-las da rua. No entanto, o bairro vem passando por uma transformação acelerada nos últimos anos, em que muitas de suas casas mais antigas estão dando lugar a prédios multifamiliares e outros empreendimentos.

Dessa maneira, pretende-se elencar neste artigo as ações institucionais desenvolvidas com foco na preservação física e/ou da memória do bairro, ou mesmo aquelas que atuam diretamente no sentido contrário, seja direta ou indiretamente.

Figura 2: Rua dos Emigrantes (antiga Rua do Cruzeiro).



Foto: Thalita Asperti (2023).

Figura 3: Rua dos Emigrantes (antiga Rua do Cruzeiro).



Foto: Thalita Asperti (2023).

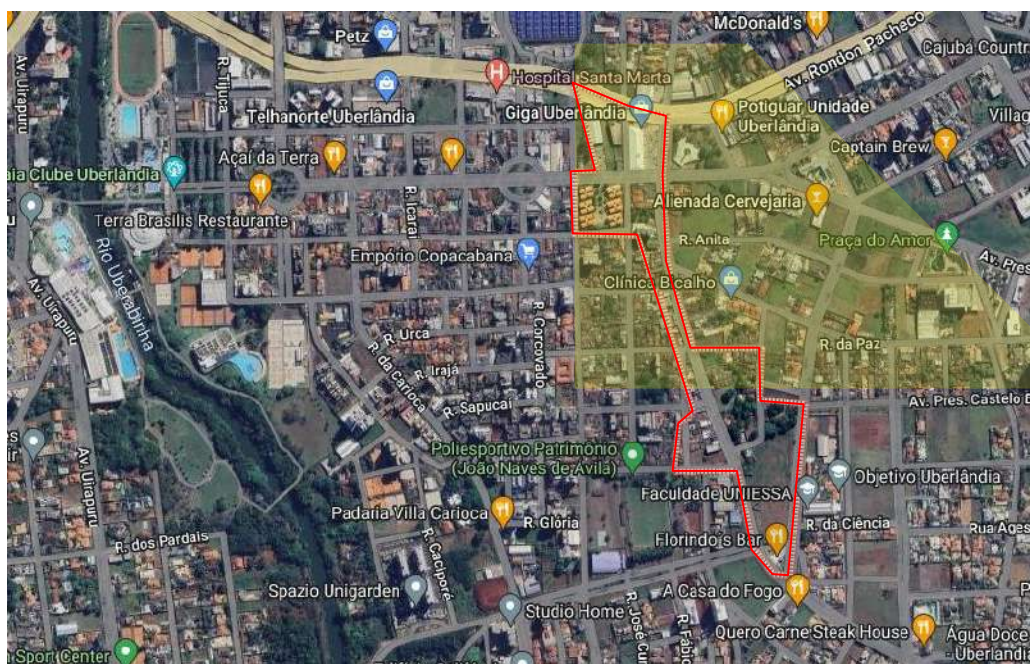
Para tanto, a análise destas ações e do processo de patrimonialização pelo qual o bairro vem passando teve como principal fonte os mapas e legislação do município de Uberlândia, especialmente os Planos Diretores de Uberlândia, vigente e anteriores, e a Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo municipal vigente, suas alterações posteriores e as leis anteriores. Além disso, foram estudados o Plano de Inventário de Uberlândia e o Dossiê de Registro do Bairro Patrimônio.

O APAGAMENTO INSTITUCIONALIZADO

A primeira ação institucional que será analisada neste trabalho ilustra como o poder institucional pode contribuir para o apagamento da história de uma comunidade, ainda que de forma indireta. Conforme o site da Prefeitura de Uberlândia (MAPAS..., 2022), em 1990 foi colocado em prática o projeto de Bairros Integrados do município, o qual unificava loteamentos em regiões maiores, organizando e reduzindo a quantidade de bairros da cidade. Assim, em 1993 foi criado o Bairro Patrimônio, como um dos bairros integrados da zona sul. Ora, mas então não seria o caso de aquele bairro histórico tão importante estar sendo finalmente reconhecido? Não. O Bairro Patrimônio é formado pelos loteamentos/bairros: Copacabana Setor Omega, Spazio Unigarden, Chácaras Recreio, parte do Copacabana, Nossa Senhora da Abadia e parte do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia.

Daqui, surgem duas questões. A primeira sendo que Nossa Senhora da Abadia, “sem data de aprovação”, é considerado como algo separado do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia (Figura 4), “loteamento não encontrado”. Isso se dá devido ao fato de que o início da ocupação do Bairro Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, em 1883, não se deu por meio de um projeto. Não há uma planta aprovada. Já em um segundo momento, de data não identificada, houve a aprovação de um loteamento para a regularização e ocupação de parte da região, projeto este denominado apenas Nossa Senhora da Abadia (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2021, p. 17).

Figura 4: Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia (demarcado em vermelho). Sem escala.

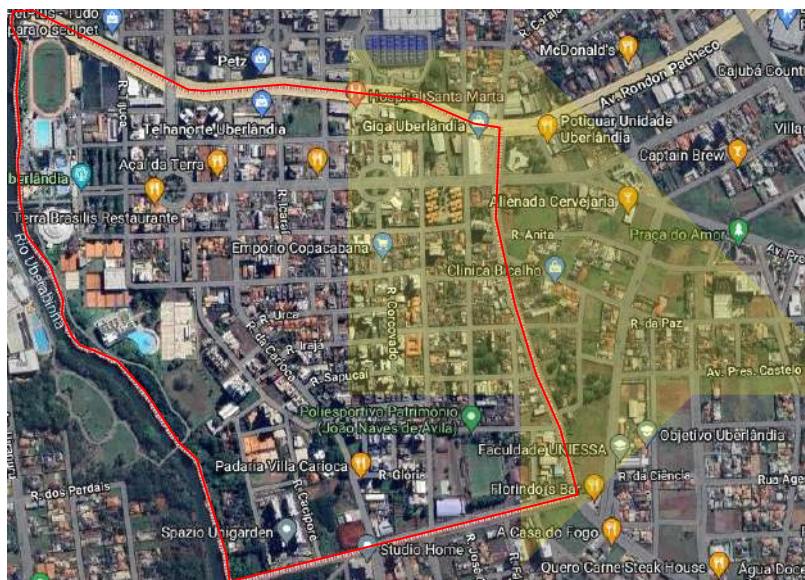


Fonte: Google Maps.

A segunda questão se refere ao indicativo “parte” ao mencionar o Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. Acontece que, quando da delimitação do Bairro Patrimônio (Figura 5), integrado, parte considerável do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia ficou de fora. O restante do bairro original hoje faz parte de outro bairro integrado, denominado Morada da Colina (Figura 6) e criado em 1995 (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2021, p. 14).

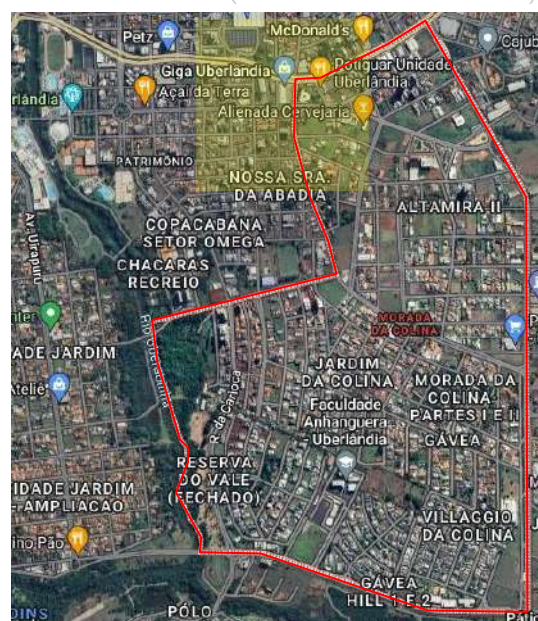
Para além disso, cabe destacar que o loteamento Altamira II, aprovado em 1973, regulariza boa parte do que se considera como parte do Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia. E esta parte do loteamento Altamira II também está contida no Bairro Integrado Morada da Colina.

Figura 5: Bairro Patrimônio (demarcado em vermelho). Sem escala.



Fonte: Google Maps.

Figura 6: Morada da Colina (demarcado em vermelho). Sem escala.



A partir desses questionamentos, é importante destacar que, para este artigo, trataremos Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, Nossa Senhora da Abadia e parte de Altamira II como algo único, visto que tanto a história da região quanto os próprios moradores, entendem como fazendo parte de uma mesma comunidade (Figura 1). Afinal, conforme aponta Le Goff (1994, p. 497), o documento por si só não é absoluto e objetivo, devendo ser analisado e criticado dentro de um contexto. Portanto, toda essa região é tratada neste trabalho por Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia, ou, como o faz parte de seus moradores (SILVEIRA, 2003, p.53), por velho Patrimônio.

Percebe-se, então, que o Projeto Bairros Integrados da Prefeitura de Uberlândia desconsiderou em sua aplicação toda e qualquer característica social e cultural de um bairro histórico, que deveria ter sido desde sempre encarado como parte importante e relevante do imaginário uberlandense. Essas características colocam o Patrimônio de N. Sra. da Abadia com uma série de especificidades que o destacam de seu entorno – a começar pela população majoritariamente negra que traz consigo tradições e religiosidade próprias. De modo que, mesmo que o poder público se coloque como protetor dessa cultura, aprovando o Registro do Bairro Patrimônio em 2020, por exemplo, nos vemos tendo que lidar com ações de invisibilização fomentadas pela própria municipalidade.

Ou seja, o apagamento do Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia do contexto histórico de formação da cidade de Uberlândia faz parte da construção dessa história oficial, ou, nas palavras de Laurajane Smith (2011, p. 43), autorizada. O discurso autorizado não abre espaço para as narrativas negras e economicamente pobres.

A TRANSFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Marina Waisman (2013, p. 65), em seu livro *O interior da história*, explica que uma das características da mentalidade latino-americana é o “desprezo pelo passado e o entusiasmo pela modernidade, por tudo o que represente – geralmente, de modo superficial – o progresso”. É possível, sem prejuízo, usar as mesmas palavras para descrever a mentalidade uberlandense. Desde seus primórdios, a palavra “progresso” faz parte do vocabulário uberlandense representando um ideal, uma busca constante. Não à toa, como demonstra Lopes (2002, p. 42), já em 1895, em documentos oficiais é denominada “cidade nova” a região de Uberabinha que se inicia mais ou menos onde hoje está localizada a Praça Clarimundo Carneiro e termina na atual Praça Sérgio Pacheco. Ora, enquanto município, Uberabinha possuía então apenas 7 anos – cidade nova em relação a quê?

Foi com essa visão de progresso sempre em mente, que foi elaborado, em 1950, um Plano de Urbanização ambicioso, ampliando a cidade em diversas direções geográficas. Trata-se de um plano que praticamente desconsidera, no entanto, o Patrimônio de N. Sra. da Abadia como um bairro pré-existente – como se anunciasse o que viria a acontecer com o Projeto Bairros Integrados, implantado na década de 1990. O plano pensa o bairro de forma vertical, sem tentar entender a sua dinâmica e sem se importar com as ambições que os moradores tinham para ele. Naquela época, não se falava em democracia participativa, uma reflexão que só viria acontecer na década de 1980, de acordo com Pereira (2022, p. 20).

Já entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, com a canalização do córrego São Pedro, inaugurando a Avenida Rondon Pacheco, Lourenço (1986, p. 24) conta que o entorno do Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia começou a ser ocupado por moradores de renda mais alta. Essa transformação se intensificou nos últimos anos, conforme o olhar do mercado imobiliário se voltou para o setor sul da cidade. O bairro se encontra hoje em uma região privilegiada, visto estar situado entre os novos loteamentos e a região central da cidade, de modo que seus terrenos estão cada vez mais valorizados. Esse processo vem acarretando a expulsão dos moradores originais e/ou mais antigos para bairros mais distantes, e na substituição das edificações de caráter simples por grandes empreendimentos comerciais ou prédios residenciais multifamiliares.

Assim, deve-se pensar em como dar voz à comunidade deste bairro e facilitar a resistência que já se forma naturalmente, com os moradores e frequentadores que se negam a aceitar facilmente as transformações pelas quais o bairro vem passando e se negam a abandoná-lo.

RESISTÊNCIA E PROTEÇÃO

Em *Estética da Ginga*, Jacques (2011, p. 19) utiliza três figuras conceituais para dissecar o que ela chama de estética das favelas: o fragmento, o labirinto e o rizoma. Ainda que atualmente o Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia não possa ser enquadrado no conceito de favela, pode-se fazer um paralelo das habitações do bairro tomando como base a figura do fragmento. O abrigo da favela é feito a partir do fragmento (do material), sem a existência de um projeto, sem a previsão de uma edificação acabada. Esse abrigo segue sendo fragmento, a partir do momento que não possui uma unidade material ou conceitual e não possui um estágio final, está sempre em construção. Em visitas pelo bairro, percebe-se que as casas do Patrimônio de N. Sra. da Abadia, principalmente quando parte de conjuntos habitacionais, possuem uma base primeira finalizada e formam uma unidade projetada: planta tradicional, paredes rebocadas, pintadas, janelas, portas, forros, pisos. No entanto, a partir desse embrião acabado, nota-se um processo quase constante de mudança. Anexos e reformas transformam o embrião, e a casa passa a estar em constante formação e, dessa vez, nunca completamente finalizada: um puxadinho sem forro, uma reforma sem pintura, um aumento fica no contrapiso. Identificou-se em uma das casas do velho Patrimônio, por exemplo, três momentos diferentes em que ocorreram ampliações, além de pequenas reformas, pontualmente vemos trechos sem pintura ou mesmo sem reboco (Figuras 7 e 8).

Figura 7: Residência no Patrimônio de N. Sra. da Abadia.



Foto: Thalita Asperti (2022).

Figura 8: Residência: em vermelho a segunda ampliação, em azul a terceira ampliação.



Foto: Thalita Asperti (2022).

A partir dessa relação entre a casa do Patrimônio de N. Sra. da Abadia e o fragmento, pode-se repensar as políticas e ferramentas de proteção do patrimônio cultural. Quando o bem mais importante de um lugar diz respeito às tradições e ao modo de vida de uma comunidade, vinculados ao espaço físico de suas próprias residências, faz sentido utilizar o tombamento como forma de proteção, tendo em vista ser uma ferramenta que pode engessar a arquitetura? Teria como aplicar o tombamento prevendo uma maior flexibilidade ou a ferramenta perde, assim, o seu sentido? O registro e o inventário, então, seriam suficientes como forma de proteção e valoração não só daquilo que é intangível, mas também desse lugar construído?

Tendo em vista o rápido processo de transformação pelo qual o bairro está passando, talvez caberia aplicar a ideia surgida após a Segunda Guerra Mundial, como explica Ribeiro (2005, p. 626), denominada “etnografia ou antropologia de urgência – perante a necessidade de registrar, antes que fosse tarde, as atividades e os comportamentos humanos em vias de

desaparecimento com o advento e a difusão da modernidade”. Assim, sem perder de vista a urgência da situação, entende-se que, para responder a essas perguntas, primeiro é preciso investigar o que os moradores tradicionais do Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia desejam, pois, conforme aponta Fonseca (2003, p. 118), deve-se reconhecer que eles são os legítimos detentores do destino de sua própria cultura. Nesse sentido, pode-se fazer um paralelo com a ideia de decolonização (BALLESTRIN, 2013, p. 108), e adaptando-a de modo a aplicá-la ao processo de (re)construção da memória do bairro: minoriza-se, a perspectiva oficial, sendo esta quase substituída pela perspectiva do morador ou frequentador daquele lugar e daquela cultura.

Ao analisar as culturas negras de Uberlândia pode-se perceber uma grande diversidade de tradições africanas. No velho Patrimônio, especificamente, os instrumentos e roupas utilizados pelo Moçambique eram nomeados com palavras do loruba e a religião mais praticada no bairro era a Umbanda, a qual tem origem Banto. No entanto, o catolicismo popular das festas para Nossa Senhora do Rosário foi diversas vezes atacado pelo catolicismo oficial. As danças foram proibidas dentro das igrejas católicas e as procissões e cortejos somente puderam passar pelas regiões centrais da cidade a partir de 1940 (LOURENÇO, 1986, p. 28).

Dentro do bairro, no entanto, como contou o Mestre Bolinho⁷¹ em conversa que aconteceu em sua casa em outubro de 2022, os festejos em devoção religiosa aconteciam nas ruas, entrando nas casas dos moradores, e seguindo madrugada adentro. O bairro era vivo e, em dias de festa, os limites entre o particular e o coletivo se turvavam.

Conforme aponta Murillo Marx (2003, p. 7), os usos dos espaços urbanos, com predominância religiosa em seus primórdios, foram se transformando até tornar-se quase absolutamente mundano nos dias de hoje. Nesse sentido, o Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia não foge à regra. Conforme se iniciou o processo de transformação do bairro e este foi se intensificando, conta o Mestre Bolinho que os novos moradores, os quais não faziam parte daquela dinâmica de tradições e festejos religiosos do bairro, passaram a munir-se da lei para inibir as manifestações: bairros residenciais possuem legislação que versa sobre “poluição sonora” e que impedem sons altos a partir de determinadas horas. Assim, as celebrações tiveram que sair das casas e das ruas, sendo transferidas para outros locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer o bairro a fundo, se apropriando de sua cartografia, de sua arquitetura, de sua urbanidade, é imprescindível. De certa forma, os conceitos apresentados por Jacques (2009), que relacionam o corpo humano ao corpo urbano, são inerentes ao uso tradicional do Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia, a partir do momento que a vivência da população no bairro é algo que marcou tanto os corpos quanto o bairro. As memórias de criança estão repletas da presença dos lugares do bairro, as manifestações religiosas se traduziam a partir da relação direta com o urbano: procissões e cortejos que adentravam as residências e festejavam nas ruas madrugada afora. Nas ruas, em companhia dos próprios moradores, poderemos começar a entender as dinâmicas sociais, as práticas religiosas, as lendas urbanas.

⁷¹ Mestre Bolinho, como é conhecido João Rodrigues, é figura importante e um dos residentes mais antigos que ainda permanece do Bairro Patrimônio de N. Sra. da Abadia.

Diante de todo esse processo, talvez o mais importante seja repensar o papel do Estado como grande responsável direta e indiretamente, não só pela aplicação de políticas de proteção, como também pelas políticas de apagamento: ao ignorar os aspectos sociológicos quando da implementação de planos e projetos para a cidade, ao permitir que o mercado dite as regras em bairros históricos, ao sequer perceber/reconhecer o valor cultural e histórico de um lugar. De acordo com Sarlo (2005, p. 80), “a lógica do mercado é a expansão irrestrita, e esta lógica só poderá ser enfrentada se houver um Estado que apresente outras lógicas”.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, J. **Cidade dos Sonhos Meus: Memória Histórica de Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2003. 68 p.
- BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial.” **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, DF. n. 11, p. 89-117, ago. 2013.
- BRUSADIN, Leandro Benedini. **A dinâmica do patrimônio cultural e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Direito, História e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011. 211 f.
- DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do Progresso em Tons Altissonantes: Uberlândia (1900-1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001. 185 f.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio**. Rio de Janeiro: Repositório do Conhecimento do IPEA, p. 111-120, 2003.
- GERIBELLO, Denise F. A atribuição de sentido patrimonial e o tombamento. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3., 2019, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Even3, 2019. 18 p.
- GOMES, L. F. O que se entende por enfiteuse?. In: **Jusbrasil**. [S. l.], 2008. Disponível em: <https://lfq.jusbrasil.com.br/noticias/1061040/o-que-se-entende-por-enfiteuse>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- ICMS Patrimônio Cultural: Como está a participação do seu município no ICMS. In: IEPHA (Minas Gerais). **Portal do iepha: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/icms-patrimonio-cultural#como-est%C3%A1-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-seu-munic%C3%ADpio-no-icms>. Acesso em: 4 maio 2022.
- JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e Corpografias Urbanas: Espetáculo e experiência na cidade contemporânea. In: **5ª edição da Revista do Observatório**. p. 47-58. 7 dez. 2009.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. 4. ed. Rio de Janeiro: casa da Palavra, 2011. 165 p.
- LE GOFF, J. Documento e monumento. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: EdUNICAMP, 1994.

LOPES, Valéria Maria Q. Cavalcanti. **Caminhos e trilhas**: Transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002. 190 f.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **Bairro Patrimônio**: Salgadores e moçambiqueiros. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 1986. 48 p.

MAPAS e bairros. In: **Prefeitura de Uberlândia**. Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/planejamento-urbano/mapas-e-bairros/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MARX, M. **Nosso Chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo EDUSP, 2003. 224 p.

PEREIRA, Elson Manoel. Insurgência em espaços institucionais: entre interesses do capital e o espaço banal. **Revista e-metropolis**, [s. l.], n. 47, p. 19-28, 5 maio 2022.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. Dossiê. **Memória Social do Bairro Patrimônio**: Quadro IIB Proteção - Processo de Registro de Bens Imateriais na Esfera Municipal, Uberlândia, 2019.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA (Uberlândia). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Listagem. **Bairros integrados com seus respectivos loteamentos e reloteamentos do distrito sede**, Uberlândia, 9 nov. 2021. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Bairros-integrados-com-seus-respectivos-loteamentos-e-reloteamentos-do-distrito-sede.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 613-648, 2005.

SARLO, B. Shoppings e carrosséis. In: SARLO, B. **Tempo presente**: notas sobre a mudança de uma cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SILVEIRA, R. de Á. de M. **Percepção do "Patrimônio" de Uberlândia**: um estudo da paisagem vivida. 2003. 126f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SMITH, Laurajane. **El "espejo patrimonial"**. Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? Antípoda. *Revista de Antropología y Arqueología*, núm. 12, p. 39-63, enero-junio, 2011.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, v. 1, 1970. v.1.

UBERLÂNDIA. Câmara Municipal. Estatutos e Leis da Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. **Código de Posturas**: art. 34. Uberlândia, 1903.

UBERLÂNDIA Ontem e Hoje. In: CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Portal da Câmara Municipal de Uberlândia**. Uberlândia, 2020. Disponível em: <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/institucional/conheca-uberlandia>. Acesso em: 4 maio 2022.

WAISMAN, M. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São. Paulo: Perspectiva, 2013. 224 p.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

C749 Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário (2023 : São Carlos, SP)
Anais do Congresso Patrimônio Cultural: identidades e imaginário, 08 a 10 de maio de 2023 / editores: Paulo César Castral... [et al.]. – São Carlos-SP: IAU/USP, 2023.
463 p

ISBN: 978-65-86810-65-3

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Patrimônio arquitetônico. 4. Urbanismo. 5. Pesquisa. I. Castral, Paulo César, ed. II. Título.

CDD 720.63
